

PRODUÇÃO ORGÂNICA: UMA POTENCIALIDADE ESTRATÉGICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Nelson de Castro Neto

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE; Gastrônomo e administrador, professor do IFPR, campus Foz do Iguaçu
nelson.neto@ifpr.edu.br

Vanessa Stafusa Sala Denuzi

Mestranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE; graduada em Secretariado Executivo Bilíngue e especialista em Linguística Aplicada pela UNIOESTE

Rúbia Nara Rinaldi

Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE, campus Toledo

Jefferson A. Ramundo Staduto

Doutor em Ciências (Economia Aplicada); professor do Curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE

RESUMO: Os consumidores, de maneira geral, estão cada vez mais informados e exigentes quanto aos padrões de qualidade dos alimentos que consomem. Tal conscientização converge com os preceitos de segurança alimentar e de sustentabilidade difundidos atualmente, ou seja, há uma preocupação para que não se utilizem os recursos naturais de maneira indiscriminada, causando danos ao meio ambiente. Nesse contexto, a produção orgânica aparece como uma maneira de atender a esses consumidores e, em contrapartida, ser um diferencial para os pequenos produtores rurais. Para tanto, este estudo tem o propósito de analisar a produção orgânica no Brasil e referenciar as potencialidades para o desenvolvimento da produção de orgânicos a partir da agricultura familiar. Os aspectos da sustentabilidade da produção e o diferencial estratégico que ela proporciona para a pequena propriedade rural estão descritos no presente artigo como uma forma de agregação de valor na agricultura familiar. Dessa forma, observa-se que a produção orgânica pode representar uma alternativa para a agricultura familiar no que tange aos efeitos sociais, ambientais e econômicos, visto que as práticas de consumo consciente tendem a ocupar um espaço importante no cenário global, colaborando, assim, com a sustentabilidade e a valorização dos produtos oriundos da agricultura familiar.

Palavras-chave: Produção orgânica. Agricultura familiar. Agregação de valor.

ORGANIC FOOD PRODUCTION: A STRATEGIC POTENTIALITY FOR FAMILY AGRICULTURE

ABSTRACT: Consumers, in general, are better informed and more demanding with regards to the quality standards of the food they eat. This awareness goes along with the food safety and sustainability principles that are so widely spread nowadays, which means that there is a latent concern about the use of natural resources in a non-discriminatory way, so not to harm the

environment. In this sense, organic food production comes as a form of contemplating these consumers, as well as a differential for small rural producers. Because of this, the present study aims at analyzing the organic food production in Brazil, and makes reference to the potentialities for organic production development within the family agriculture context. Some aspects of production sustainability and the strategic differentials they bring with them for small rural properties are described in this study with the attempt of giving the proper value to family agriculture. This way, it can be observed that organic food production may represent an alternative to family agriculture in terms of social, environmental, and economic effects, since the practices of conscious consumerism have occupied an important place in the global scenario, which collaborate with sustainable development and the value given to family agriculture products.

Key-Words: Organic production; family agriculture; value added.

1- INTRODUÇÃO

Neste trabalho serão apresentados subsídios teóricos básicos para a compreensão das relações entre agricultura familiar, produção orgânica e desenvolvimento sustentável. A produção e o consumo de alimentos orgânicos representam valores significativos para a economia brasileira e para a saúde da população, sendo uma forma de sustentabilidade social e econômica da agricultura familiar (COELHO, 1999). Além disso, também pode representar uma ação de desenvolvimento regional, colaborando com o meio ambiente num equilíbrio entre o homem e a natureza.

O desenvolvimento sustentável, segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas, é um conjunto de processos e atitudes que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades. Definiu-se que desenvolvimento sustentável busca o equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico (CMMDA, 1988).

Uma das questões presentes no debate atual sobre sustentabilidade relaciona-se à agricultura orgânica e à alimentação saudável. Nos desafios colocados pela sociedade aos sistemas de produção agropecuários estão inclusos os itens relacionados à necessidade de produção de alimentos, de fibras e de outras matérias-primas em quantidade e qualidade adequadas e, também, a nova exigência da sociedade de que essa produção não contamine o ambiente, não exerça pressão inadequada sobre os recursos naturais e que leve em consideração

os aspectos relacionados à equidade social. Segundo Azevedo (2002), exige-se que, ao longo do tempo, seja estabelecido um padrão de tecnologia sustentável.

Os padrões de tecnologia e de desenvolvimento durável e sustentável têm implicações diretas na exploração dos recursos naturais e no equilíbrio socioambiental. As mudanças exigidas para a preservação do meio ambiente relacionadas à produção agrícola deverão privilegiar as relações do homem com o campo e o meio ambiente, trazendo benefícios à comunidade rural, pois, o que se percebe na agricultura convencional é uma lucratividade que traz, como uma de suas consequências, a disparidade econômica e social entre os produtores da agricultura familiar. A desigualdade socioeconômica e a falta de sustentabilidade no campo remetem a soluções emergenciais para colocar a qualidade, a segurança alimentar e a saúde pública acima de vantagens empresariais e conciliar, assim, a qualidade de vida e a agricultura de forma ecologicamente sustentável.

Segundo Costa (1997), o papel do Estado de estimular a noção de responsabilidade socioambiental é fundamental, garantindo ainda o funcionamento de um sistema de crédito agrícola, especialmente em sistemas que favoreçam o “Uso Sustentável” mediante as chamadas “*Agriculturas de Base Ecológica*”. Esta modalidade rural além de fortalecer as raízes do homem no campo, estabelece um modelo alternativo de agricultura familiar, favorecendo a produção de alimentos mais saudáveis.

Tendo em vista a necessidade de formulação de políticas públicas de favorecimento, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) desenvolveu programas de compras diretas, regulamentados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), com a missão de estimular a produção da agricultura familiar e criar um canal eficiente de distribuição da pequena produção, representando um apoio institucional público para a valorização do pequeno produtor. Esse tipo de incentivo público pode significar uma agregação de valor na produção rural da agricultura familiar, quando esta opta pela produção orgânica, considerando que os valores pagos aos produtos orgânicos na operação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA¹), condizentes com a tabela rural da CONAB, são aproximadamente 30% maiores do que os pagos aos produtos convencionais.

¹ Considerado como uma das principais ações estruturantes da estratégia, o Fome Zero, o PAA constitui-se em mais um mecanismo de apoio à agricultura familiar, a exemplo do Programa Nacional de Agricultura Familiar - Pronaf e do Proagro. Mais seguro e específico para os agricultores familiares.

Dentro desta ótica, este trabalho tem o propósito de mostrar que a transformação da agricultura familiar convencional para a orgânica ou agroecológica pode representar uma estratégia competitiva frente ao latifúndio agro-exportador, significando uma agregação de valor aos produtos familiares. A agricultura ecológica, como também é chamada, além de ser considerada uma saída para a sustentabilidade ecológica, pode ser vista como uma forma de estabelecer condições aos pequenos produtores rurais que praticam a agricultura familiar, transformando o cultivo orgânico em sua principal fonte de renda e o integrando na nova e consciente sociedade sustentável.

2- AGRICULTURA ORGÂNICA E FAMILIAR

A produção de produtos orgânicos surgiu a partir de movimentos do final do século XIX que se contrapuseram aos sistemas tradicionais de produção de alimentos, em virtude, principalmente, dos danos ambientais, que deram início a uma corrente para uma alimentação saudável e uma melhor qualidade de vida.

Segundo Rezende (2005), em 1920 surgiram os primeiros modos alternativos de produção agrícola baseados em quatro vertentes: primeiramente, a Agricultura Biodinâmica, instituída em 1924 na Alemanha por Rudolph Steiner, considerada como uma “ciência espiritual”, que instituía a interação entre a produção animal e vegetal, como adubação verde e rotatividade de culturas. Em segundo lugar, surgiu a Agricultura Biológica nos anos 1930 na Suíça, inspirada por Hans Peter Müller, que estimulou o desenvolvimento de sistemas de produção que protegessem o meio ambiente e se preocupassem com a qualidade biológica dos alimentos e com o desenvolvimento de fontes de energia renováveis e sustentáveis. Num terceiro momento, no Japão, em 1935, a Agricultura Natural foi desenvolvida por Mokiti Okada, tendo em vista os preceitos de uma religião baseada no princípio da purificação da alma por meio da alimentação saudável, hoje chamada de Igreja Messiânica. E, por último, o aparecimento da Agricultura Orgânica entre os anos de 1925 a 1930 na Inglaterra, com Albert Howard e nos EUA na década de 1940, baseado em Jerome Irving Rodale, os quais defendiam o não uso de adubos artificiais, consistindo em um sistema de produção preocupado com a relação solo-planta-ambiente e um maior respeito à natureza e aos consumidores.

A reação contra a prática da adubação química na agricultura intensificou-se na Europa ainda no início do século XX, quando alguns movimentos em prol de uma produção natural, valorizavam o uso de matéria orgânica e outras práticas agrícolas favoráveis aos processos biológicos. Esses movimentos, porém, ficaram, por muitos anos, à margem da produção agrícola mundial e suas práticas sequer foram validadas pela comunidade científica (EHLERS, 1996).

A partir dos anos 1960, porém, os efeitos nocivos da agricultura predominante – especialmente os resíduos de agrotóxicos encontrados na água, no solo e nos alimentos – tornaram-se mais evidentes e, em diversos países, o movimento ambientalista fortaleceu as propostas “rebeldes”, que passaram a “cultuar” e a privilegiar as agriculturas alternativas.

No Brasil, o movimento alternativo começou a se manifestar durante a década de 1970, quando se disseminou no país o processo de “modernização da agricultura”. O discurso governamental pretendia aumentar a produtividade da agricultura através da substituição das práticas agrícolas tradicionais por um conjunto de práticas tecnológicas, que incluíam a utilização de sementes geneticamente melhoradas, fertilizantes químicos, agrotóxicos com maior poder biocida, irrigação e motomecanização.

Ao mesmo tempo, alguns pesquisadores passavam a questionar no meio acadêmico os impactos ambientais produzidos pela intensificação do uso da tecnologia na agricultura, e as experiências agrícolas de produção de alimentos sem agrotóxicos eram bem sucedidas no interior de São Paulo, aumentando o interesse por um sistema de produção sustentável, com manejo e proteção dos recursos naturais.

Na década de 1980 já eram visíveis as consequências da transformação da agricultura e, com o crescimento da crítica à agricultura convencional, aumentou o interesse pelas práticas agrícolas consideradas alternativas. A partir daquela época a produção e o consumo de alimentos orgânicos vêm apresentando um ritmo consideravelmente crescente no país.

No Brasil, a mudança no Sistema Agroalimentar (SAG), na década de 1990, especialmente com a abertura internacional do mercado e a estabilização cambial, representou um aumento da oferta de produtos diferenciados, evidenciando uma nova consciência produtiva e de consumo. Percebem-se novas oportunidades de inserção e novos mercados para produtos orgânicos e artesanais, em que a qualidade é fortemente associada à produção em pequena escala.

Produtos “artesanais” envolvem forte vínculo com os saberes tradicionais dos produtores, favorecendo a agroindústria familiar e os enlaces da sociedade.

Segundo Camponhola e Valarini (2001), a agricultura orgânica tem se destacado como uma das alternativas de renda para os pequenos agricultores, isso devido à crescente demanda mundial por alimentos mais saudáveis. Os autores ainda apontam cinco argumentos para uma boa perspectiva para os pequenos agricultores na inserção da agroecologia.

O primeiro está relacionado à constatação de que as *commodities*² agrícolas tradicionais requerem escala de produção para compensar tanto a queda estrutural de preços, que tem sido observada nas últimas três décadas, como os custos crescentes de produção, que resultam na redução das margens de lucro.

O segundo é que os produtos orgânicos apresentam características de nichos de mercado e, portanto, visam atender a um segmento restrito e seletivo de consumidores, que têm disposição para pagar um preço maior por esses produtos, o que não acontece com as *commodities* agrícolas. Desse modo, os pequenos produtores, mesmo não atingindo grande escala produtiva, podem disponibilizar seus produtos em pequenos mercados locais. Esta parece ser a melhor alternativa aos pequenos agricultores, pois facilita a interação com os consumidores e uma melhor adequação dos produtos conforme as suas exigências, fortalecendo as relações de confiança e de credibilidade entre as partes envolvidas.

O terceiro argumento refere-se à inserção dos pequenos agricultores nas redes nacionais ou transnacionais de comercialização de produtos orgânicos. Para essa inserção, os produtores devem, no entanto, estar organizados em associações ou em cooperativas, uma vez que essa organização facilita as ações de *marketing* e de implantação de selos de qualidade, de negociação nas operações de venda e de gestão das atividades produtivas.

O penúltimo argumento, por sua vez, refere-se à oferta de produtos especializados que não despertam interesse dos grandes empreendedores agropecuários, podendo-se citar, entre eles, as hortaliças e as plantas medicinais que, historicamente, são produzidas, sobretudo, por pequenos agricultores.

² O termo *commodities* referencia mercadorias do setor primário, que são comercializadas em transações comerciais em bolsa de valores, sendo o seu valor determinado pelo mercado internacional.

Por fim, o quinto e último argumento que coloca o pequeno agricultor em vantagem em relação aos demais grupos de produtores é a diversificação da produção orgânica e a diminuição da dependência de insumos externos ao estabelecimento, condições que se constituem em barreira para os grandes produtores orgânicos.

Observa-se, ainda, que a diversificação da produção confere ao pequeno agricultor a vantagem da estabilidade da renda durante o ano, diminuindo a influência da sazonalidade, ao mesmo tempo em que melhora a sua segurança, pois reduz o risco de quebras na renda devido à flutuação nos preços e a incidentes naturais, tais como a ocorrência de pragas e doenças e o efeito de geadas, chuvas de granizo e assim por diante. Por sua vez, a menor dependência de insumos externos está associada à menor área cultivada pelos pequenos agricultores e também à maior facilidade de manejo dos sistemas produtivos com recursos da própria propriedade (fertilizantes orgânicos, produtos naturais para controle fitossanitário, controle biológico natural, tração animal, combustíveis não fósseis, etc.).

Os sistemas de produção orgânica constituem-se em boa oportunidade aos pequenos agricultores, pois, embora utilizem mais mão de obra e apresentem menor produtividade que os sistemas convencionais, mostram um desempenho econômico sempre melhor, traduzido por menores custos efetivos, maiores relações custo-benefício e maiores rendas efetivas. (CARMO e MAGALHÃES, 1999, p. 90).

Assim, apesar de o interesse pela alimentação orgânica estar ainda restrito a uma pequena parcela da população, a crítica ao uso dos agrotóxicos e a busca de alimentos saudáveis vêm ganhando espaço entre a agricultura familiar e consumidores.

Segundo Abramovay (1997), percebe-se, no que tange à agricultura familiar no Brasil, um investimento político e acadêmico nada desprezível, que procura transformar a “pequena produção” em “agricultura familiar”, afirmando, com isto, o seu lugar como componente dinâmico da modernização do sistema agroalimentar. É a valorização de toda uma nova pauta de produção em torno de frutas, legumes e verduras.

Mas, o que representaria ser a valorização e a grande oportunidade para os pequenos proprietários rurais, com as imposições da qualidade privada, definida pelas grandes redes de comercialização, como a adoção de boas práticas sanitárias e a rastreabilidade para o acesso aos mercados domésticos e externos, acabou gerando a exclusão do agricultor familiar do cenário em

virtude dos desafios deste novo mercado. Isso significa um aumento de custo de transação para o pequeno produtor e uma conversão tecnológica intensa nas pequenas propriedades.

Para Wilkinson (2000), se a agricultura familiar novamente se torna uma pequena produção frente às transformações nas grandes cadeias, ela seria vista como uma vantagem estratégica na medida em que fosse associada à tradição, à natureza, ao artesanato, ao local – um conjunto de valores agora premiado pelo mercado. Esses valores incluem desde a superioridade de atividades artesanais, à preservação do meio ambiente em todas as suas múltiplas formas e biodiversidade.

Os orgânicos são um componente-chave destes novos mercados, embora o seu apelo primário para a saúde permita que este tipo de produção deslize mais facilmente da sua origem na agricultura familiar, sendo objeto ávido de *novos entrantes*³ e palco de embates em torno da certificação, que revelam valores radicalmente distintos nas lutas para definir a qualidade específica deste mercado (GUIVANT, 2003; MEDAETS, 2003).

Esta agricultura familiar renovada é a imagem tradicional do pequeno produtor com uma nova estratégia de mercado, exigindo tanto a reinvenção de tradições, como a adoção de uma nova prática agrícola ecológica e sustentável, na medida em que ela tenha como aval um exigente, fiel e próspero consumidor urbano.

Nas últimas décadas, o uso indiscriminado de agrotóxicos na produção de alimentos vem causando preocupação em diversas partes do mundo. A crítica ao modelo de agricultura vigente cresce à medida que estudos comprovam que os agrotóxicos contaminam os alimentos e o meio ambiente, causando danos à saúde humana. Dentro desse contexto, tem aumentado progressivamente a procura por alimentos produzidos de forma orgânica, isto é, livres de fertilizantes químicos, de antibióticos, de hormônios e de outras drogas comumente utilizadas.

Assim, Ormond *et al.*, em relatório destinado ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), definem assim agricultura orgânica:

A agricultura orgânica é entendida como um conjunto de processos de produção agrícola que parte do pressuposto básico de que a fertilidade é função direta da matéria orgânica contida no solo. A ação de microorganismos presentes nos

³ *Novos entrantes* representa segundo texto dos autores citados, os novos desafios e uma a conquista de um novo mercado sustentável para os pequenos produtores na conversão da produção convencional para a orgânica certificada.

compostos biodegradáveis existentes ou colocados no solo possibilita o suprimento de elementos minerais e químicos necessários ao desenvolvimento dos vegetais cultivados. Complementarmente, a existência de uma abundante fauna microbiana diminui os desequilíbrios resultantes da intervenção humana na natureza e a alimentação adequada e ambiente saudável resultam em plantas mais vigorosas e mais resistentes a pragas e doenças. (BNDES, 2002, p. 5).

Já a Instrução Normativa 007/1999, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em seu item 1.1, considera como sistema orgânico de produção agropecuária e agroindustrial:

[...] todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso dos recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não-renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados (transgênicos), ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos; privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e da transformação. (MAPA, 1999, 1.1).

Nesse sentido, a instrução também estabelece que esse tipo de produto traz outros benefícios para a consolidação de uma sociedade sustentável. Entre esses benefícios se destacam:

- a) a oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminantes que ponham em risco a saúde do consumidor, do agricultor e do meio ambiente;
- b) a preservação e a ampliação da biodiversidade dos ecossistemas, natural ou transformado, em que se insere o sistema produtivo;
- c) a conservação das condições físicas, químicas e biológicas do solo, da água e do ar;
- d) o fomento da integração efetiva entre agricultor e consumidor final de produtos orgânicos e o incentivo à regionalização da produção desses produtos orgânicos para os mercados locais.

Todo produto obtido em sistema orgânico de produção agropecuária ou industrial, seja *in natura* ou processado, é considerado orgânico. O conceito abrange os processos atualmente conhecidos como “ecológico”, “biodinâmico”, “natural”, “sustentável”, “regenerativo”, “biológico”, “agroecológico” e “permacultura”. Produtor orgânico, segundo a Instrução do MAPA, pode ser tanto o produtor de matérias-primas como os seus processadores (MAPA, 1999).

3- CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA ORGÂNICA NO BRASIL

O sistema de cultivo orgânico no Brasil teve início no final da década de 1970, em pequena escala, e começou a se expandir após a criação do Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD) em 1990, sendo que, de 1994 a 2000, as vendas de orgânicos no Brasil cresceram 16 vezes, com grandes perspectivas para o século XXI, contando com a transformação da agricultura familiar convencional para a orgânica no Brasil, expandindo-se em vários segmentos agropecuários, como frutas, café, frango e outros produtos, garantindo um crescimento desse mercado (COELHO, 1999).

Os números apresentados no Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) mostram a existência de 90 mil produtores orgânicos, quantidade muito superior à estimativa anterior, que era de 15 mil produtores (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição dos estabelecimentos produtores de orgânicos, segundo os grupos da atividade econômica – Brasil – 2006

Grupos da atividade econômica	Distribuição dos estabelecimentos produtores orgânicos	
	Absoluta	Percentual (%)
Total	90.497	100
Produção de lavouras temporárias	30.168	33,34
Horticultura e floricultura	8.900	9,83
Produção de lavouras permanentes	9.557	10,56
Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	52	0,06
Pecuária e criação de outros animais	38.014	42,01
Produção florestal – florestas plantadas	1.638	1,81
Produção florestal – florestas nativas	1.644	1,82
Pesca	153	0,17
Aqüicultura	371	0,41

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

O crescimento de produção de orgânicos é interessante ao se avaliar a conjuntura favorável do mercado de orgânicos, pois, segundo o diagnóstico feito pela FAO/Organização das Nações Unidas (ONU) em 2005, a agricultura orgânica foi o setor alimentar de crescimento mais acelerado entre 1995 e 2005, tendo crescido entre 15% e 20% ao ano, enquanto todo o setor da indústria alimentar cresceu entre 4% e 5% (SCIALABBA apud IBGE, 2006).

Na Tabela 2 é possível observar os números do uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos, conforme as regiões do Brasil. De acordo com a Tabela 2, há hoje, no Brasil, 90.497 produtores orgânicos, sendo que somente 5.106 possuem certificação de seus sistemas de produção ou de processamento, ou seja, apenas 5,64% dos produtores possuem algum tipo de certificação em todo o país. De acordo com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB), este é um dado preocupante, pois a falta do atestado dificulta o acesso a mercados e a melhor agregação de valor aos produtos, o que possibilitaria uma maior remuneração aos agricultores (SEAB, 2005).

Tabela 2 – Uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos, segundo as Grandes Regiões da Federação Brasil – 2006

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total estabelecimentos	Uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos			
		Total	Faz e é certificado por entidade credenciada	Faz e não é certificado por entidade credenciada	Não faz
Brasil	5.175.489	90.497	5.106	85.391	5.084.992
Norte	475.775	6.133	351	5.782	469.642
Rondônia	87.077	927	135	792	86.150
Acre	29.482	485	15	470	28.997
Amazonas	66.784	1.211	20	1.191	65.573
Roraima	10.310	64	1	63	10.246
Pará	222.028	2.362	136	2.226	219.666
Amapá	3.527	29	-	29	3.498
Tocantins	56.567	1.055	44	1.011	55.512
Nordeste	2.454.006	42.236	1.218	41.018	2.411.770
Maranhão	287.037	3.256	77	3.179	283.781
Piauí	245.378	3.712	79	3.633	241.666
Ceará	381.014	4.865	167	4.698	376.149
Rio Grande do Norte	83.052	2.266	95	2.171	80.786
Paraíba	167.272	3.362	58	3.304	163.910
Pernambuco	304.788	6.425	208	6.217	298.363
Alagoas	123.331	2.117	40	2.077	121.214
Sergipe	100.606	1.039	41	998	99.567
Bahia	761.528	15.194	453	14.741	746.334
Sudeste	922.049	18.715	1.366	17.349	903.334
Minas Gerais	551.617	12.910	641	12.269	538.707
Espírito Santo	84.356	1.466	152	1.314	82.890
Rio de Janeiro	58.482	968	122	846	57.514
São Paulo	227.594	3.371	451	2.920	224.223
Sul	1.006.181	19.275	1.924	17.351	986.906
Paraná	371.051	7.527	909	6.618	363.524
Santa Catarina	193.663	3.216	353	2.863	190.447
Rio Grande do Sul	441.467	8.532	662	7.870	432.935
Centro-Oeste	317.478	4.138	247	3.891	313.340
Mato Grosso do Sul	64.862	753	31	722	64.109

Mato Grosso	112.978	1.619	79	1.540	111.359
Goiás	135.683	1.605	113	1.492	134.078
Distrito Federal	3.955	161	24	137	3.794

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Observa-se que “A certificação de produtos orgânicos constitui-se de uma série de procedimentos estabelecidos e acordados entre agricultores [...] e consumidores que garantem que bens ou serviços foram produzidos de forma diferenciada dos demais” (BRANCHER, 2004, p.3), e, em 28.12.2007, foi publicado o Decreto 6.323 regulamentando a Lei 10.831/2003, que institui normas a respeito da denominada agricultura orgânica (CARDOSO, 2009). Com a edição deste decreto, estabeleceu-se o sistema brasileiro de avaliação da conformidade orgânica integrado por órgãos e entidades da Administração Pública federal e pelos organismos de avaliação de conformidade credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

No entanto, não existe uma única forma para que essa garantia seja provada, “basicamente, duas diferentes maneiras são utilizadas em processos de certificação de produtos orgânicos [...]” (BRANCHER, 2004, p.3), uma primeira metodologia é a certificação auditada ou a “*Certificação por Auditoria*” e, a segunda maneira, introduzida mais recentemente, é a denominada certificação participativa ou os denominados “*Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica*”.

A primeira, já tradicional e consolidada mundialmente, utiliza uma terceira parte “isenta e de credibilidade entre produtores, comerciantes e consumidores que estabelece a garantia de que os produtos respeitaram procedimentos orgânicos até chegarem ao consumidor final” (BRANCHER, 2004, p.3).

Várias das organizações certificadoras por auditoragem de terceira parte possuem credibilidade internacional, e, segundo Brancher (2004, p.9-10) “não se envolvem com a organização e o assessoramento dos agricultores, como a rede de confiança faz, dedicando-se exclusivamente aos processos de certificação”.

Já a Certificação Participativa apresenta algumas características próprias, que a diferencia da certificação por auditoragem. O primeiro diferencial a ser apresentado é a confiança, que faz parte do princípio que agricultores, técnicos e consumidores desenvolvem suas ações de forma

responsável e verdadeira com objetivo de aprimorar a agroecologia (ECOVIDA, 2004). Observa-se que, neste caso, as normas e princípios construídos são colocados em prática e fiscalizados pelos agricultores juntamente com técnicos na área e organizações, não ficando apenas restrito a técnicos altamente especializados. É de fundamental importância que a certificação participativa tenha ligação com a base, ou seja, “com os grupos e associações dos agricultores e com as organizações dos consumidores” (ECOVIDA, p.10, 2004).

Um dos órgãos que já vem atuando no Brasil há algum tempo com a certificação participativa é a rede Ecovida, que possui 21 núcleos regionais, abrangendo em torno de 170 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores. Em toda a área de atuação da Ecovida, são mais de 100 feiras livres ecológicas e outras formas de comercialização (ECOVIDA, 2010).

Além desta iniciativa, várias outras ações estão sendo tomadas neste sentido. O Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas do Paraná (SEBRAE/PR), está conduzindo a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS). Esse sistema permite a produção de alimentos sem o uso de fertilizantes sintéticos, sem pesticidas, sem organismos geneticamente modificados, sem agrotóxicos, sem reguladores de crescimento e sem aditivos sintéticos para a alimentação animal. Para garantir a certificação é preciso, no entanto, registrar anotações completas sobre todo processo de produção, assim como a elaboração de um plano de manejo, documento no qual devem constar as ações futuras previstas para cada horta certificada, pois quando o auditor realiza a visita, ele analisa o passado da produção por meio dos documentos de registro, o presente, através da auditoria no local e o futuro utilizando o plano de manejo. (AGROSOFT, 2010).

É através do PAIS que os integrantes da Associação de Agricultores de Produtos Orgânicos de Ribeirão Claro (APO), no norte do Paraná, por exemplo, estão conseguindo obter a certificação de seus produtos. A solução apontada foi o Programa Paranaense de Certificação dos Produtos Orgânicos, uma iniciativa do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) e da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI).

Assim, os associados da APO adotaram, em julho de 2009, o sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS). Os agricultores ligados à APO produzem, semanalmente, cerca de cinco mil pés de alface, além de almeirão, couve, escarola,

rúcula, agrião e cheiro verde, entre outras hortaliças. Beterraba, cenoura, ovos, frutas e frangos também integram a produção orgânica de Ribeirão Claro. O PAIS estimula o respeito ao meio ambiente, o relacionamento entre as famílias, a geração de renda e a melhoria de qualidade de vida das comunidades. Já a certificação propicia aos produtores suporte técnico e incentivo à capacitação, o que assegura maior confiabilidade para o consumidor em relação à origem dos produtos, assim como abre novos mercados e possibilita elevar o valor da produção.

Ainda com foco nas ações do PAIS, destaca-se que o grupo de agricultores participantes do programa aceitou o desafio de implantar, em suas propriedades, hortas de formato circular. Diferentemente da horta comum, as hortas agroecológicas são demarcadas em forma de mandala, abrigam um galinheiro no centro e três círculos de canteiros que recebem mudas variadas de hortaliças e leguminosas. A irrigação dos canteiros é feita por meio do sistema de gotejamento; uma área de compostagem supre a necessidade de adubação das culturas e um quintal circular é destinado à produção de frutas, grãos e outras culturas.

Através desse exemplo é possível perceber que, além de haver um melhor aproveitamento do solo, ainda é utilizada uma adubação natural, favorecendo, dessa forma, tanto a diminuição dos custos quanto a preservação do meio ambiente.

Como foi citado anteriormente, um dos desafios da produção orgânica é o alto custo da certificação para os pequenos agricultores, assim, apesar de muitos produtores cultivarem de acordo com as normas da agricultura orgânica, os seus produtos acabam sendo vendidos como convencionais por falta da certificação, pois, segundo a lei 10831 de 23 de dezembro de 2003, os produtos só podem ser vendidos com denominação orgânica, se a produção for certificada por organismos reconhecidos oficialmente. O processo de certificação por auditoria pode custar em torno de R\$ 2 mil. Nesse sentido, o Programa de Certificação dos Produtos Orgânicos dos agricultores familiares de forma participativa apresenta-se como importante instrumento para a superação destes desafios, pois além de promover a denominação oficial dos produtos orgânicos, não têm custos para os pequenos produtores. Participam desta modalidade de Certificação no estado do Paraná, por exemplo, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Maringá (UEM), a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), a Universidade

Estadual do Norte do Paraná (UENP) e a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaíba (FAFIPA).

Destaca-se que não se procurou com este trabalho esgotar o assunto, uma vez que existem diversas iniciativas em todo o país, que poderiam ser exploradas neste estudo. Assim, procurou-se exemplificar algumas ações que estão sendo conduzidas no estado do Paraná, de forma a ilustrar o assunto.

4- O CONSUMIDOR E O CONSUMO DE ORGÂNICOS

Nos países desenvolvidos, o consumidor já é o principal elemento articulador de mudanças. No Brasil, esse trabalho está apenas se iniciando e ainda não é possível ter uma ideia clara do número de consumidores que alimentam o mercado de produtos orgânicos.

Para Darolt (2001), a quantidade de pessoas que busca uma alimentação mais saudável, na tentativa de resgatar um tempo em que ainda era possível ter à mesa alimentos frescos, de boa qualidade biológica e livres de agrotóxicos, é cada vez maior. Atualmente, os alimentos passam por uma série de processos de transformação e recebem muitos produtos tóxicos até chegar ao consumidor, o que acaba provocando uma mudança de hábitos alimentares e um distanciamento entre o agricultor e o consumidor.

Percebe-se que os hábitos dos consumidores vêm promovendo mudanças nas instituições de mercado, uma vez que a disposição deles em pagar por novas dimensões de qualidade dos produtos refletem, de modo mais adequado, as alterações no padrão de consumo.

A principal motivação para a compra de alimentos orgânicos no Brasil parece estar ligada à saúde humana e ao meio ambiente. Existe, no entanto, um grande desconhecimento do consumidor em relação ao produto orgânico, visto que há uma grande confusão gerada pela “onda” de produtos considerados naturais, dietéticos, *lights*, integrais, etc. Além disso, produtos orgânicos e hidropônicos são, em geral, postos lado a lado e embalados de forma similar estrategicamente. Até mesmo alguns produtos convencionais processados e embalados em atmosfera modificada constituem outra tendência para disputar este espaço, como, por exemplo, os alimentos cortados, lavados e prontos para o consumo, já que algumas embalagens trazem dizeres como “natural, sem conservantes e aditivos”. Destaca-se que isso se refere à forma como

o produto foi embalado e não necessariamente como foi produzido. Esse processo tem confundido o consumidor, que compra esse tipo de produto em supermercados, e acaba desconfiando dos alimentos orgânicos, o que legitima a importância da conscientização da população (DAVID, 2006).

Dados publicados pelo Instituto Biodinâmico (2000) indicam que o consumidor brasileiro está disposto a pagar mais caro por um produto que não polui o meio ambiente, pois uma faixa de 68% do universo pesquisado fez essa afirmativa, enquanto outros 24% se mostraram contrários à ideia. Essa tendência pode ser verificada mesmo na população com baixa renda familiar.

No que diz respeito às características dos consumidores, Nava (2004) realizou uma pesquisa com os consumidores da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), que mostra que é elevada a instrução dos consumidores de produtos orgânicos na região, observando que 51,6% dos consumidores possuem nível superior ou pós-graduação, sendo que 41% dos consumidores respondentes estão cursando nível superior e, dos 29,5% com nível de pós-graduação, 85% têm especialização, 13%, mestrado e 2% possuem doutorado.

Já no tocante à renda familiar, a pesquisa do autor supracitado verificou que 34% dos respondentes se encontram com nível de renda familiar de, no máximo, seis salários-mínimos, ou seja, de poder aquisitivo relativamente baixo, e os respondentes com nível de renda mensal entre 6 e 9 e, entre 9 e 15 salários mínimos de referência, são muito próximos, sendo 21% e 25%, respectivamente. Observa-se, portanto, que 46% dos consumidores respondentes possuem nível de renda entre 6 e 15 salários-mínimos de referência, correspondendo a um poder aquisitivo relativamente médio.

Existem outros estudos, por sua vez, que apresentam o perfil do consumidor orgânico como um profissional liberal ou funcionário público, na maioria das vezes do sexo feminino, com idade variando entre 31 e 50 anos. Consumidores com esse perfil apresentam nível de instrução elevado, tendo, em sua maioria, cursado o ensino superior e fazem uso da internet, estando na classe cuja renda está entre 9 e 12 salários mínimos. São pessoas que têm o hábito de praticar esportes com frequência e, mesmo morando na cidade, procuram um estilo de vida que privilegie o contato com a natureza, o que faz com que frequentem parques e bosques regularmente. Estes dados indicam um potencial emergente para trabalhos de integração entre comunidades rurais e urbanas como uma estratégia de fortalecimento da agroecologia. Além disso, são pessoas

preocupadas com saúde e qualidade de vida, que tendem a valorizar o meio ambiente (DAROLT, 2001; DATAcenso, 2002).

Segundo Seymour (2005), nem sempre os consumidores de maior escolaridade possuem condições econômicas de saciar seus desejos de consumo, assim como nem sempre aquele que possui elevado capital econômico possui cultura suficiente para distinguir o melhor hábito alimentar. Além disso, os desprovidos de capital econômico e cultural acabam por consumir produtos impostos a eles pelas estratégias da economia de mercado, figuradas na propaganda e na lei da oferta e da procura. O Quadro 01 demonstra, sinteticamente, os principais hábitos alimentares e padrões de consumo das classes sociais.

Tipos de Capital	Gostos característicos	Consumo relativamente alto	Consumo relativamente baixo
Capital econômico elevado e capital cultural baixo (ex: empregadores)	Alimentos de alto custo e calóricos, pratos complicados com ingredientes caros e raros.	Bolos e massas, enlatados, carnes em conserva.	Carne fresca, frutas, vegetais, refeições em cantinas e restaurantes.
Capital cultural elevado e baixo capital econômico (ex: professores)	Cozinha original e exótica, pratos tradicionais, rápidos e baratos, ingredientes pré-preparados.	Pão, laticínios, frutas, bebidas sem álcool, refeições em cantinas e restaurantes étnicos.	Vinho, bebidas alcoólicas, carnes caras, restaurantes elitizados e exóticos.
Capital econômico e cultural médio-alto (ex: profissionais liberais)	Comida leve, refinada, produtos raros e caros, de baixa caloria e saudáveis.	Carnes caras, frutas e vegetais frescos, peixe, frutos do mar, refeições em restaurantes.	Carnes comuns e de segunda, carne suína, bolos e massas, refeições em cantinas.
Capital econômico e cultural baixo (ex: trabalhadores)	Alimentos pesados, alta caloria, gordurosos e baratos. Baseiam-se no “comer bem”.	Pães, carnes cozidas, leite, carnes baratas, especialmente a suína.	Frutas e vegetais frescos, refeições fora de casa, peixe, frutos do mar.

Quadro 01- Gostos e padrões de consumo alimentares dos segmentos sociais

Fonte: SEYMOUR, 2005, p. 12-13 (adaptado)

Os principais agentes participantes do canal de distribuição⁴ provenientes da produção orgânica são os restaurantes, os supermercados, feiras e vendas diretas do produtor ao consumidor.

⁴ Canais de distribuição: é expressão referente a um conjunto de organizações interdependentes envolvidas no processo de tornar disponível um produto ou serviço para uso ou consumo. O conceito indica que várias empresas

A venda em supermercados tem crescido substancialmente, e os produtos orgânicos podem ser facilmente achados, no entanto os produtos processados ainda são encontrados em menor escala, sendo um mercado promissor para a América Latina. A Argentina é o país com a maior produção de alimentos orgânicos industrializados (sucos concentrados, óleos, vinhos, chás, frutas secas, condimentos, etc.).

Os desafios da produção orgânica estão na ampliação do que é considerado “nicho”, não passando de 1% a 2% do mercado de alimentos. Os estudos de Lernoud (apud DAVID, 2006) concluem que o crescimento da oferta e da demanda de produtos ocorre principalmente em países industrializados. Nesse sentido, o desafio é desenvolver mercados locais, principalmente nos países em desenvolvimento.

Com relação às exportações brasileiras que se destinam aos países desenvolvidos, observa-se um crescimento em função do interesse pelo mercado verde⁵, no qual a sensibilização ambiental dos consumidores e as exigências ambientais dos órgãos reguladores são mais intensas.

Para Schmidt (2004), ainda que o desenvolvimento tecnológico da agroecologia e o discurso sejam importantes, é somente através do ato da compra de alimentos orgânicos que o consumidor se torna, de fato, propulsor do aumento de produção e, conseqüentemente, do aumento da área e do número de agricultores dedicados à agricultura orgânica. Por isso, considera-se que estudar o consumo de alimentos é uma tarefa complexa e multifacetada. Assim, os conhecimentos e estratégias de fortalecimento da relação produtor e consumidor tornam-se fundamentais.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual, os pequenos proprietários rurais vêm na agricultura orgânica uma atividade diversificada de produção e uma estratégia para promover seu desenvolvimento econômico e social agregando valor aos seus produtos.

estão envolvidas no processo, a fim de satisfazer os usuários finais no mercado, sejam eles consumidores ou compradores empresariais. (COUGHLAN, 2002, p. 461)

⁵ Mercado verde: representa a oferta e a demanda de produtos ecologicamente corretos.

Dessa forma, é importante destacar que a produção, a industrialização e o consumo de alimentos representam partes do ciclo produtivo da economia global, sendo uma das principais atividades econômicas de transformação na economia mundial que acarreta profundas implicações no meio ambiente e na saúde da população. Neste trabalho, foram apresentados alguns subsídios teóricos básicos para a compreensão das relações entre agricultura familiar, produção orgânica e sustentabilidade econômica e social. Em particular, apresentam-se modelos específicos de agriculturas alternativas que vêm contribuir para um equilíbrio social, cultural e econômico entre consumidores exigentes e conscientes com os fornecedores tradicionais da agricultura familiar.

Essa nova perspectiva vem sendo construída e se expressa na ideia de “sustentabilidade no campo”. Trata-se de um fortalecimento da “agricultura sustentável” e da “alimentação saudável” com o consumo consciente que, aliadas, enfrentam a industrialização e o mundo globalizado cada vez mais “artificial”. A agricultura familiar como produção agroecológica, somada às práticas de consumo consciente, pode ocupar um espaço importante no cenário comercial e representar uma ação integrada na preservação ambiental, social e econômica em um único sistema, colaborando assim com a sustentabilidade e a valorização dos produtos e produtores da agricultura familiar.

5- REFERÊNCIAS

AGROSOFT. **Produtores de orgânicos no Paraná buscam certificação com ajuda do PAIS.** Disponível em: <<http://www.agrosoft.org.br/agropag/213930.htm>>. 2010.

ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997. Brasília: **Anais ...** Brasília: PNUD, 1997.

ALTIERI, M. Agroecologia, a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, 2001 (Síntese Universitária, 54).

ALVES, Lucir Reinaldo; FERRERA DE LIMA, J. Desenvolvimento sustentável: principais conceitos e exemplos de projetos riograndenses. In: IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2006, Foz do Iguaçu. **Anais...** São Paulo: ABÉR, 2006. v. 1. p. 215-230.

AZEVEDO, R. A. B. A sustentabilidade da agricultura e os conceitos de sustentabilidade estrutural e conjuntural. **Revista Agricultura Tropical**, Cuiabá, v. 6, n. 1, p. 9-42, 2002.

BELL, D. Gosto e espaço: comer fora nos dias de hoje. In: SLOAN, Donald (Org.). **Gastronomia, restaurantes e comportamento do consumidor**. Barueri, SP: Manole, 2005.
BRASIL. **Estatuto da Terra**. 13 ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 1997.

----- In: Instrução Normativa n. 007, de 17 de maio de 1999. Estabelece normas para produção de produtos orgânicos vegetais e animais. **DOU**, Brasília, n.94, Seção 1, p. 11, 19 de maio de 1999.

BRANCHER, P.C. As faces da certificação de produtos orgânicos no Brasil: O caso do mercado da Região Metropolitana de Curitiba – PR. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá - MT. **Anais...** Cuiabá: UFMT/SOBER, 2004.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. **Agricultura familiar e o novo mundo rural**. 2001.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, set./dez. 2001.

CARDOSO, André Guskow. A regulação dos produtos orgânicos. **Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini**, Curitiba, n° 24, fev. 2009, disponível em <<http://www.justen.com.br/informativo>>. Acesso em 10/02/2010.

CARMO, M. S. do; MAGALHÃES, M. M. Agricultura sustentável: avaliação da eficiência técnica e econômica de atividades agropecuárias selecionadas no sistema não convencional de produção. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 29, n. 7, p. 7-98, 1999.

CERVEIRA, R.; CASTRO, M. C. Consumidores de produtos orgânicos da cidade de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 29, n. 12, dez. 1999.

COELHO, C. N. A expansão e o potencial do mercado mundial de produtos orgânicos. **Revista de Política Agrícola**, ano 10, n. 2, p. 9-26, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD) 1988. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 430 p.

COSTA, M. B. B. da; CAMPANHOLA, C. **A agricultura alternativa no estado de São Paulo**. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 1997. 63p (Embrapa Meio Ambiente. Documentos, 7).

COUGHLAN, A. T. et alii. **Canais de marketing e distribuição**. 6. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2002. 461 p. Inclui índice. ISBN 85-7307-974-6.

DAROLT, Moacir Roberto. O papel do consumidor no mercado de produtos orgânicos. **Agroecologia Hoje**, Ano II, n° 7, fev./mar. p. 8-9, 2001.

DIAS, J. F. D. **A construção institucional da qualidade em produtos tradicionais**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ano 2005.

DATASENSO. **Mercado de produtos orgânicos: Consumidor**. Curitiba, PR: SEBRAE, 2002. Disponível em: <<http://www.sebraepr.com.br/novidade/porganicos.asp>>.

DAVID, Jerry Roberto Campos. **Agricultura orgânica e o mercado verde no Brasil: mapeamento dos determinantes da vantagem competitiva nacional**. Dissertação (Mestrado em Administração), Fundação Edson Queiróz, Fortaleza, 2006.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178 p.

FERRERA DE LIMA, J. *Le potentiel et les limites du développement durable*. **Interfaces Brasil/Canadá**, Brasil, v. 2, n. 2, p. 187-196, 2002.

GUIVANT, J. et alii. **Os supermercados e o consumo de frutas, legumes, verduras**. (FLV) Orgânicos Certificados, Relatório Final de Pesquisa CNPq, Agosto de 2003.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IEL; CNA; SEBRAE. **Estudo sobre a eficiência econômica e competitiva da cadeia agroindustrial da pecuária de corte no Brasil**. Brasília, DF: IEL, 2000, 398 p.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-IPARDES. **O Paraná: economia e sociedade**. Curitiba, PR: IparDES, fev. 1983.

GIANNETTI, E. **Vícios privados, benefícios públicos?** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

KITAMURA, P. A agricultura e o desenvolvimento sustentável. **Agricultura Sustentável**, Jaguariúna, v. 1, n. 1, p. 27-32, 1994.

-----, Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **DOU**, Brasília, Seção 1, p. 8, 24 de maio de 2003.

NASSAR, A. M. Certificação no agronegócio. **PENSA**, Universidade de São Paulo, 1999.

NAVA, Evandro Jackson Redivo. **Estratégias de marketing junto ao mercado de consumo, para aquisição de alimentos orgânicos: uma abordagem do mix de marketing**. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção e Sistemas), Florianópolis, UFSC, 2004.

ORMOND, José Geraldo Pacheco (Org.). **Agricultura orgânica: quando o passado é futuro**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar. 2002.

ECOVIDA - REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. **Quem somos**. Disponível em <http://www.ecovida.org.br/?sc=SA002&stp=STP0002> . Acesso realizado em 02/09/2010.

REZENDE, C. L. **O agronegócio dos alimentos orgânicos**. Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Agronegócios – MBA, Fundance – jul. 2005.

SCHMIDT, V. D. B. **Consumidores urbanos e agricultura orgânica**: entre discurso, intenção e gesto. 98 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SEAB. **Encontro discute potencial da agricultura orgânica no Paraná**, 2005. Postado em:02/08/2005. Disponível em: < <http://www.seab.pr.gov.br> >.

SEBRAE. **Cartilha Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS**, 2009. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/622CBB8598A2EB538325764000649C2F/\\$File/NT0004294A.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/622CBB8598A2EB538325764000649C2F/$File/NT0004294A.pdf)>.

SEYMOUR, D. A construção social do gosto. In: SLOAN, Donald (Org.). **Gastronomia, restaurantes e comportamento do consumidor**. Barueri, SP: Manole, 2005.

SYLVANDER, B. *Conventions de qualité, marchés et institutions: le cas des produits de qualité wpécifique*. In: AGRO-ALIMENTAIRE: une économie de la qualité (François Nicolas et Egizio Valceshini, ed.). *Economica*. INRA. p.p.167-183. 1995.

WILKINSON, John. Agroindústria e perspectivas para a produção familiar no Brasil. In: **Políticas Agrícolas**, vol. II, nº 1, p. 101-135, 1996.

WILKINSON, John. **Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural**. Versão preliminar não corrigida. Rio de Janeiro. 2000.

WILKINSON, John. **From the dictatorship of supply to the democracy of demand?: Transgenics, organics and the dynamics of demand in the agro-food system**. Paper apresentado no X Congresso Mundial de Sociologia Rural. Rio de Janeiro, 2000b.

VILELA, N. J.; MACEDO, M. M. C. Fluxo de poder no agronegócio: o caso das hortaliças. **Horticultura Brasileira**. v. 18, n. 2, jul. 2000.

(Recebido em Junho/2010. Aceito em Outubro/2010)